

A PROFISSIONALIZAÇÃO E A PROFISSIONALIDADE DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Kátia Cristina Newton Bomfim Maciel - Mestranda (UESPI/PPGSC)¹
Maria Helena Ferreira da Costa - Mestranda (UESPI/PPGSC)²

RESUMO

As lutas em defesa da Reforma Agrária popular consubstanciadas em práticas político-pedagógicas vivenciadas na realização do processo organizativo dos movimentos sociais do campo. Esses componentes foram tomados como subsídios para a elaboração de um projeto educativo em diálogo com diferentes matrizes pedagógicas, no qual professores e professoras assumem papel social também singular, alinhado às especificidades que representam enfrentamentos ao paradigma da escola rural. Docentes da escola do campo convivem com carências históricas nas escolas relacionadas a infraestrutura, acesso a materiais didático-pedagógicos, quadro de docentes insuficiente, dentre outras, levando à dificuldades na realização do trabalho cotidiano e na implementação do político-pedagógico próprio da Educação do Campo, exigindo que a ação profissional seja indissociável da ação militante, compondo uma identidade profissional singular que para ser valorizada requer condições de trabalho, remuneração e carreira sintonizadas com esses desafios, tendo em vista a profissionalização e a profissionalidade. As legislações que tratam a respeito da Educação do Campo têm considerado a vida no campo em vários aspectos e, dentre esses, o reconhecimento da profissionalidade docente do Campo como parte do histórico ativo na luta por uma Educação do Campo. Incluindo essa modalidade de ensino considerando as populações que vivem no contexto rural, partindo de uma perspectiva de ensino escolar que esteja pautada no seu próprio território e na valorização dos seus saberes, percebendo assim uma educação libertadora.

Palavras-chave: Educação do Campo, Docente da Escola do Campo, Profissionalização e Profissionalidade Docente

INTRODUÇÃO

A luta por uma Reforma Agrária Popular no Brasil tem sido historicamente acompanhada por práticas político-pedagógicas que ultrapassam o campo da reivindicação por terra, abrangendo também o direito à educação como elemento estratégico na construção de um projeto de sociedade mais justo. Nesse contexto, os movimentos sociais do campo, especialmente aqueles ligados à Educação do Campo, têm desenvolvido processos organizativos que articulam a formação política com práticas educativas enraizadas nas realidades e necessidades das populações camponesas.

A partir dessas experiências, emerge um projeto educativo alternativo, construído em diálogo com diferentes matrizes pedagógicas críticas, que reconhece a escola do campo

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Email knewtonbomfimmaciel@aluno.uespi.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Email mhfdacosta@aluno.uespi.br



como espaço de resistência e de transformação social. Nesse cenário, professores e professoras assumem um papel social singular, que vai além do exercício técnico da docência, envolvendo-se diretamente nas lutas por melhores condições de vida, trabalho e educação no campo.

Entretanto, os(as) docentes da Educação do Campo enfrentam desafios históricos e estruturais, como a precariedade da infraestrutura escolar, a escassez de materiais didático-pedagógicos, a falta de profissionais qualificados e o distanciamento das políticas públicas em relação às especificidades do meio rural. Tais condições impõem obstáculos à realização de um trabalho pedagógico que atenda aos princípios da Educação do Campo, exigindo dos(as) docentes uma atuação que integra a dimensão profissional e a militante, configurando uma identidade profissional singular.

Diante desse panorama, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as lutas por uma Educação do Campo emancipadora, a partir da análise do papel político-pedagógico desempenhado pelos movimentos sociais e pelos(as) docentes que atuam nas escolas do campo. Também se propõe a discutir os avanços legais no reconhecimento da profissionalidade docente no contexto rural, compreendendo-a como parte integrante da luta histórica por uma educação libertadora, contextualizada e comprometida com os saberes e modos de vida do campo.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, cuja abordagem visa compreender os fundamentos teóricos e políticos da Educação do Campo no Brasil, bem como as implicações da profissionalidade docente no contexto rural. A escolha por esse tipo de pesquisa se justifica pela necessidade de refletir criticamente sobre os elementos históricos, sociais e pedagógicos que conformam a atuação docente no campo, tendo como base o acúmulo teórico já produzido por autores e autoras que dialogam com os movimentos sociais do campo e com as matrizes pedagógicas críticas.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de material já publicado, constituindo-se como uma ferramenta eficaz para o aprofundamento de temas que envolvem fundamentos teóricos consolidados. Neste estudo, foram utilizados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, tais como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002) e a legislação relacionada à profissionalização docente.



A análise dos dados se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que permite a identificação de categorias temáticas emergentes nos textos estudados, possibilitando a articulação crítica entre os elementos teóricos e a realidade da educação rural. As categorias principais que orientaram a análise foram: (i) Educação do Campo e seus fundamentos; (ii) atuação docente e profissionalidade no campo; e (iii) práticas político-pedagógicas vinculadas aos movimentos sociais.

A metodologia adotada possibilita uma abordagem crítica e interpretativa do objeto de estudo, valorizando a pluralidade de vozes e experiências presentes na construção da Educação do Campo. Assim, busca-se contribuir para o debate acadêmico e político sobre a necessidade de políticas públicas comprometidas com a justiça social, com a valorização dos(as) docentes do campo e com uma educação contextualizada e emancipadora.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação do Campo emerge no cenário brasileiro como uma resposta crítica e propositiva às políticas educacionais historicamente voltadas para a homogeneização do ensino, que ignoraram as especificidades culturais, sociais e econômicas das populações camponesas. Tal invisibilização do sujeito do campo, presente nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas convencionais, contribuiu por décadas para a reprodução de desigualdades e para a negação do direito à educação em sua integralidade.

Segundo Caldart (2004), a Educação do Campo não se trata apenas de levar a escola para o campo, mas de construir uma escola do campo, que dialogue com as realidades, identidades e saberes das comunidades rurais. Trata-se, portanto, de um projeto educativo de caráter contra-hegemônico, que busca romper com a lógica da subordinação do campo à cidade e afirmar o campo como espaço de produção de conhecimento, cultura e vida digna. Essa perspectiva pedagógica assume um compromisso político e social com a emancipação humana, superando o modelo de escolarização padronizado e urbano-industrial que predominou na história da educação brasileira.

Inspirada em matrizes pedagógicas críticas, especialmente na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1979), a Educação do Campo reconhece os sujeitos do campo como protagonistas do processo educativo, e não meros receptores de conteúdos descontextualizados. Essa concepção implica uma pedagogia da autonomia e da problematização, que valoriza os saberes locais e propõe o diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. Assim, o ensino se torna uma prática de libertação e



consciência crítica, capaz de fortalecer a identidade camponesa e o sentimento de pertencimento ao território.

Nesse contexto, os movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, entre outros, têm desempenhado um papel central na construção de práticas político-pedagógicas que articulam educação, organização popular e luta pela terra. Conforme Arroyo (2012), tais movimentos não apenas reivindicam políticas educacionais específicas, mas também atuam como agentes pedagógicos, promovendo a formação crítica, a consciência de classe e a construção coletiva de um projeto de sociedade mais justo. Essa ação educativa extrapola os limites da escola formal e consolida uma pedagogia da resistência e da transformação.

A atuação docente na Educação do Campo, por sua vez, requer uma identidade profissional singular, marcada pela articulação entre a prática pedagógica, o compromisso ético e o engajamento político. De acordo com Molina (2017), a profissionalidade docente do campo deve ser compreendida a partir da multiplicidade de saberes que envolve o exercício da docência em territórios rurais, considerando os desafios impostos pela infraestrutura precária, pela escassez de recursos e pelas longas distâncias geográficas. Ensinar no campo, portanto, não é apenas transmitir conteúdos, mas construir uma práxis educativa que reconheça o território como espaço de produção de conhecimento e resistência social.

O reconhecimento legal dessa modalidade de ensino avançou significativamente a partir da Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Essas diretrizes reforçam a necessidade de um currículo contextualizado, construído em diálogo com as comunidades, e destacam a importância da formação inicial e continuada dos(as) professores(as), da valorização da carreira docente e da gestão democrática das escolas. Entretanto, o avanço normativo ainda convive com lacunas práticas, especialmente no que diz respeito à efetiva implementação de políticas públicas que assegurem condições adequadas de trabalho e formação.

Dessa forma, a construção de uma Educação do Campo emancipadora requer o enfrentamento dos desafios históricos relacionados à estrutura física das escolas, à ausência de políticas consistentes de formação docente e à valorização profissional. É preciso compreender que o campo não é um espaço residual ou atrasado, mas um território vivo, produtor de cultura, saber e resistência.

Nesse sentido, o fortalecimento da militância docente e o reconhecimento da profissão docente do campo como eixo central da luta pela educação pública de qualidade são



fundamentais. O educador do campo, ao assumir sua prática como ato político, contribui para a consolidação de um projeto educativo comprometido com a justiça social, a sustentabilidade e a dignidade humana. Como aponta Freire (1996), “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível” — e é justamente essa convicção que sustenta o fazer pedagógico e a esperança transformadora da Educação do Campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos fundamentos teóricos e das legislações que regem a Educação do Campo, fica evidente que essa modalidade educativa representa um importante avanço na busca por uma escola que dialogue com as especificidades culturais, sociais e econômicas das populações rurais. Contudo, a efetivação desse projeto enfrenta desafios estruturais e políticos que precisam ser enfrentados para garantir uma educação verdadeiramente emancipadora.

A atuação dos movimentos sociais do campo, em especial na construção das práticas político-pedagógicas, revela-se fundamental para a resistência ao modelo hegemônico de educação rural, marcado por uma lógica excludente e alienante. Esses movimentos atuam não apenas na reivindicação pela terra, mas também como agentes educativos, promovendo uma pedagogia que valoriza os saberes locais, a organização coletiva e a luta por direitos. Esse engajamento político-pedagógico amplia a concepção tradicional de docência, integrando a ação profissional com a militância social.

Nesse sentido, a identidade profissional dos docentes da Educação do Campo configura-se como singular, pois requer uma articulação entre o exercício pedagógico e o compromisso com as causas sociais do campo. Entretanto, essa singularidade profissional ainda enfrenta precariedades históricas, como a insuficiência de recursos, a formação docente inadequada e a falta de valorização das especificidades do ensino rural nas políticas públicas. Tais fatores comprometem a qualidade da educação ofertada e dificultam o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas com a realidade dos estudantes do campo.

A legislação, apesar dos avanços representados pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ainda necessita de maior concretização no âmbito das políticas públicas, especialmente no que tange à carreira docente, à infraestrutura escolar e à oferta de formação continuada. O reconhecimento formal da profissionalidade docente



no campo é um passo significativo, mas precisa ser acompanhado de ações concretas que garantam condições adequadas de trabalho e valorização da profissão.

Portanto, para que a Educação do Campo cumpra seu papel emancipador, é imprescindível fortalecer a inter-relação entre a escola, os movimentos sociais e os professores, promovendo espaços de formação política e pedagógica que considerem a realidade rural em sua complexidade. Somente assim será possível superar as desigualdades históricas e construir uma educação que respeite e valorize os saberes do campo, contribuindo para a transformação social e a justiça agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a importância da Educação do Campo como um espaço de resistência, identidade e transformação social, cuja proposta se consolida a partir da luta histórica das populações camponesas pela efetivação de um direito constitucional: o acesso à educação pública, gratuita, de qualidade social e culturalmente contextualizada. Mais do que uma simples modalidade de ensino, a Educação do Campo se afirma como um projeto político-pedagógico emancipador, comprometido com a justiça social e com a valorização das especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades rurais.

Ao romper com os paradigmas tradicionais da escola rural — historicamente marcada por um modelo urbano, descontextualizado e excludente —, a Educação do Campo propõe a construção de um novo paradigma educativo, pautado na territorialidade, na dialogicidade e na participação popular. Nesse processo, a articulação entre as práticas político-pedagógicas desenvolvidas pelos movimentos sociais e a atuação consciente e engajada dos docentes do campo tem configurado um processo formativo singular, no qual militância e profissionalidade se entrelaçam como dimensões indissociáveis da ação educativa.

Os docentes que atuam na Educação do Campo assumem uma identidade profissional marcada pela dupla dimensão pedagógica e política. Ser professor do campo é compreender a escola como um território de luta e formação humana, no qual o ensino ultrapassa o domínio dos conteúdos formais e se converte em instrumento de emancipação. Entretanto, essa prática é atravessada por inúmeros desafios: a infraestrutura precária das escolas, a escassez de recursos didático-pedagógicos, a carência de formação inicial e continuada específica e, sobretudo, a ausência de políticas públicas efetivas que valorizem e reconheçam a singularidade do trabalho docente em contextos rurais.



Tais obstáculos comprometem a efetivação de um projeto educativo verdadeiramente libertador, pois a profissionalidade docente do campo demanda condições materiais e simbólicas para que os professores possam exercer plenamente sua função social. Conforme enfatiza Molina (2017), a formação e a valorização docente são dimensões estruturantes da Educação do Campo, pois sem professores formados, motivados e reconhecidos, a escola perde sua capacidade de promover a transformação social a que se propõe.

Embora os avanços legais, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002), representem conquistas significativas no reconhecimento da especificidade e da profissionalidade docente no campo, é imprescindível que essas normativas se materializem em políticas públicas concretas. É necessário garantir condições dignas de trabalho, remuneração justa, formação continuada contextualizada e carreiras compatíveis com os desafios e as distâncias geográficas que caracterizam o ensino nas zonas rurais.

A consolidação da Educação do Campo, portanto, depende do fortalecimento das relações entre escola, movimentos sociais, comunidade e professores, promovendo espaços permanentes de formação crítica, política e pedagógica. Tais espaços devem potencializar o diálogo entre os saberes populares e científicos, reforçando a identidade camponesa e a autonomia intelectual e profissional dos educadores.

Nesse sentido, o fortalecimento da Reforma Agrária Popular, defendida pelos movimentos sociais do campo, deve contemplar não apenas o direito à terra, mas também o direito à educação de qualidade socialmente referenciada, capaz de formar sujeitos conscientes, críticos e participativos. A Educação do Campo, nesse horizonte, não se limita à escolarização; ela se inscreve como instrumento de emancipação humana e transformação social, reafirmando o papel do professor do campo como mediador de saberes, sujeito político e protagonista na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, ao reconhecer a centralidade da profissionalidade docente nesse processo, reafirma-se que a verdadeira transformação da Educação do Campo passa pelo fortalecimento da identidade e do compromisso político-pedagógico dos educadores. São eles os principais articuladores entre a escola e a comunidade, entre o conhecimento e a vida, entre a esperança e a prática da libertação — dimensões que tornam a docência no campo não apenas uma profissão, mas um ato de resistência, amor e compromisso ético com a humanidade.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Maria K. *Educação e movimentos sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

CALDART, Rosane. *Educação do campo: a construção de um campo de saberes*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2002. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2002.

MOLINA, Maria Fernanda. *Profissionalidade docente no campo: desafios e perspectivas*. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

